

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 22.302.2016-80

ENTIDADE: Câmara Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade em face do não envio das remessas das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da Câmara Municipal de Jordão, 2º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC nº 87/2013

RESPONSÁVEL: José da Silva e Silva

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 823/2016

1ª CÂMARA

EMENTA: PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 87/2013. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Embora constatado o não atendimento ao artigo 2º, § 1º, da Resolução-TCE n. 87/2013, mas diante do envio das informações antes mesmo da citação do Responsável, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **a) DETERMINAR** ao **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JORDÃO** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 87/2013, especialmente o artigo 2º, § 1º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 19 da mencionada norma; **b) REMETER** cópia do Acórdão à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 11 de outubro de 2016.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Presidente da 1ª Câmara, para o feito

Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO
Relatora

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador do MPE/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.302.2016-80

ENTIDADE: Câmara Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade em face do não envio das remessas das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da Câmara Municipal de Jordão, 2º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC nº 87/2013

RESPONSÁVEL: José da Silva e Silva

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar responsabilidade do Gestor, em razão do não envio das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da **CÂMARA MUNICIPAL DE JORDÃO**, relativas ao **2º bimestre de 2016**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 87, de 28-11-2013¹.
2. A DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, se manifestou pela citação do Responsável, tendo em vista o descumprimento do artigo 2º, § 1º, da mencionada Resolução.
3. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, houve a citação do Gestor, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 438, divulgado no dia 27-07-2016, tendo o prazo transcorrido *in albis*.
4. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, em manifestação subscrita por seu i. Procurador-Chefe, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira, pronunciou-se pela aplicação de multa, com fundamento no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.
5. É o brevíssimo Relatório.
6. Rio Branco, 11 de outubro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

¹ Dispõe sobre a entrega, envio e disponibilização dos dados e informações em meio informatizado, que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público devem fazer a este Tribunal de Contas e dá outras providências;
Processo TCE n.º 22.302.2016-80

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 22.302.2016-80

ENTIDADE: Câmara Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade em face do não envio das remessas das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da Câmara Municipal de Jordão, 2º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC nº 87/2013

RESPONSÁVEL: José da Silva e Silva

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar responsabilidade do Gestor, em razão do não envio das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da **CÂMARA MUNICIPAL DE JORDÃO**, relativas ao **2º BIMESTRE DE 2016**, em descumprimento ao artigo 2º, § 1º, da Resolução-TCE n. 87/2013, que atribui aos responsáveis das unidades gestoras a obrigatoriedade em apresentar, por meio informatizado, em até trinta dias após encerramento de cada bimestre, as informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais respectivas, estabelecendo seu artigo 19 que eventual descumprimento da referida regra implicará na sanção prevista no artigo 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

2. Embora não conste nos autos, é sabida a dificuldade, durante o exercício de 2015, que os gestores enfrentaram para o envio das informações previstas na Resolução já mencionada, embora sua publicação no Diário Oficial tenha ocorrido ainda em 2013, no dia 02 de dezembro (n. 11.188). Contudo, até o presente exercício acredita-se ter sido possível a eles a fiel observância da norma já mencionada, cabendo, portanto, o envio tempestivo das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, possibilitando a este Corte de Contas um controle mais efetivo.

3. No presente caso, embora claro o descumprimento à norma emanada desta Corte de Contas, verifica-se que, conforme consulta ao Sistema de Análise e Gestão

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

de Relatórios, as informações relativas ao **2º bimestre do exercício de 2016²** foram encaminhadas em meio informatizado, sendo possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista, não descuidando no acompanhamento do cumprimento ou não da Resolução-TCE n. 87/2013 nos exercícios seguintes, e que poderá ser avaliado por ocasião da análise das prestações de contas.

4. Isso posto, **VOTO** pela:

a) **DETERMINAÇÃO** ao **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JORDÃO** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 87/2013, especialmente o artigo 2º, § 1º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 19 da mencionada norma;

b) **REMESSA** de cópia do Acórdão que vier a ser proferido à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento.

c) após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.

5. É como **VOTO**.

6. Rio Branco, 11 de outubro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

² Os dados relativos aos meses de março e abril foram enviados em 06-06-2016.
Processo TCE n.º 22.302.2016-80

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 22.302.2016-80

ENTIDADE: Câmara Municipal de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade em face do não envio das remessas das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da Câmara Municipal de Jordão, 2º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC nº 87/2013

RESPONSÁVEL: José da Silva e Silva

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado pela 1ª Câmara desta Egrégia Corte na 44ª Sessão Ordinária realizada no dia 11 de outubro do corrente ano. Participaram do julgamento os Conselheiros **Antônio Jorge Malheiro**, **Ronald Polanco Ribeiro** e **Dulcinéia Benício de Araújo**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **João Izidro de Melo Neto**. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 27)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora